

Nações ricas debaterão dívida externa

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — A recente proposta do ministro Bresser Pereira que provocou uma reação em cadeia de bancos europeus, japoneses e norte-americanos teve pelo menos o mérito de relançar a discussão do problema da dívida dos países em desenvolvimento. A tal ponto que esse tema foi incluído na pauta da reunião do "Grupo dos Cinco", que deverá acon-

tecer em Washington, nas vésperas da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo se anunciou ontem, em Paris, no Ministério de Finanças. Esse grupo reúne os cinco ministros de Finanças dos países mais industrializados: EUA, Japão, Alemanha Federal, Grã-Bretanha e França, sendo que, às vezes, se transforma em grupo dos seis ou sete, com a inclusão de representantes do Canadá e da Itália.

Esse encontro estava previsto já

há algum tempo, mas deveria limitar seus trabalhos à análise de problemas relativos à constante queda do dólar e debate de medidas que deverão ser adotadas em conjunto para manter a estabilidade do mercado financeiro. Mas a proposta do ministro da Fazenda relançou de tal forma a polêmica nos meios bancários internacionais que a questão da dívida do Terceiro Mundo, particularmente a do Brasil, passou a ocupar novamente uma posição de destaque en-

tre os problemas financeiros que exigem rápido encaminhamento. Os ministros não chegam a considerar má a idéia brasileira de conversão parcial da dívida em títulos, mas pretendem obter maiores detalhes técnicos, entre eles a definição do órgão que garantiria os títulos negociáveis no mercado.

NATURALIDADE

Ontem, os banqueiros franceses

reagiam com certa naturalidade às informações de que agora é o próprio Fundo Monetário que estaria aconselhando o governo brasileiro a não propor nenhum acordo, tendo em vista a indefinição política atual, encontrando-se o governo brasileiro sem base política suficiente para sustentar um acordo clássico com a instituição. Para os banqueiros franceses, essa é uma posição de prudência do FMI, pois, no momento, ninguém pode avaliar qual será a evolução po-

lítica no Brasil a médio prazo. Por isso, o próprio Fundo está recomendando soluções de curto prazo até que os problemas constitucionais brasileiros tenham sido superados.

Segundo os mesmos banqueiros europeus, isso explica a recomendação reiterada do FMI para que sejam mantidas e renovadas as linhas de curto prazo que têm permitido, inclusive, o funcionamento normal das agências dos bancos brasileiros no Exterior.